

CPI-PETROBRÁS

REQUERIMENTO N.º , DE 2015.

(Do Sr. Jorge Solla)

Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor Pietro Francesco Giavina Bianchi, um dos ex-diretores da Camargo Corrêa.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Senhor Pietro Francesco Giavina Bianchi, um dos ex-diretores da Camargo Corrêa, no período compreendido entre 01/01/2005 até a presente data.

JUSTIFICATIVA

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo “Empreiteira pagou R\$ 7 mi a ex-diretor após prisão”, do dia 11 de junho de 2015, revela que o ex-diretor da Camargo Corrêa, Pietro Francesco Giavina Bianchi, era o “principal responsável por organizar o repasse de propina da empreiteira a políticos” dentro da empreiteira.

Mesmo tendo sido preso na Operação Castelo de Areia, em 2008, e demitido da empresa, a Camargo Corrêa continuou a repassar valores a Bianchi. Diz a reportagem que o executivo recebeu entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013, R\$ 7,38 milhões. Os dados, segundo a publicação, constam no “relatório da PF que foi anexado à ação penal movida contra a empreiteira pelos procuradores da Operação Lava Jato”.

“A polícia suspeita que parte dos pagamentos, que a empresa diz ter feito para remunerar serviços de consultoria de Bianchi, serviram para repasse de propina, como ocorreu com outras empreiteiras investigadas na Lava Jato”, informa o texto da Folha de S. Paulo.

O jornal informa ainda que os dois ex-diretores da empreiteira que fizeram acordo de delação premiada, Dalton Avancini e Eduardo Leite,

disseram que, no caso dos contratos da Camargo Corrêa com as empresas Treviso e Piemonte, no valor de R\$ 67,7 milhões, não houve prestação de serviço e os valores foram usados para repasse de suborno. Logo, a PF suspeita que as consultorias a Bianchi seriam um falso pretexto para o repasse de propinas.

Atualmente, o executivo Pietro Francesco Giavina Bianchi já responde ação judicial de autoria do Ministério Público Federal por crime de evasão de divisas e crime contra o sistema financeiro. As acusações se devem à sua suposta participação no esquema de corrupção desvendado pela Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal.

Em 2009, a PF investigou crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro envolvendo executivos de construtoras, a principal delas a Camargo Corrêa. Documentos apreendidos na sede da empresa e na posse de executivos indicam suposto esquema de pagamentos a parlamentares e administradores públicos e doações para partidos políticos, em valores que correspondem a percentuais de obras públicas realizadas pela empreiteira.

Numa das apreensões, 54 planilhas registram dados sobre 208 obras e contratos da Camargo Corrêa entre 1995 e 1998, espalhados por quase todo o País e também no exterior - Bolívia e Peru. Os repasses teriam ocorrido naquele período em favor de deputados federais, senadores, prefeitos e servidores municipais e estaduais. Em quatro anos a empreiteira desembolsou R\$ 178,16 milhões, em valores da época.

Num calhamaço de 54 páginas apreendido no escritório da casa de Pietro Francesco Giavina Bianchi há “tabelas e planilhas com nomes de instituições, obras, partidos políticos e deputados, relacionados a valores respectivos em dólares e reais”, detalhou a Polícia Federal, à época. As anotações referem-se a transações feitas entre os anos de 1998 e 2000. Organizam em campos das tabelas as obras realizadas pela Camargo Corrêa, o valor pago por governos para a construtora e em seguida uma suposta divisão de valores para deputados, políticos, partidos e integrantes do Tribunal de Contas da União.

A Castelo de Areia alcançou os contratos da Camargo Corrêa com a Petrobrás. O ex-presidente da Transpetro, Sergio Machado, é citado nos relatórios da Castelo de Areia. Com base em documentos apreendidos na casa de um diretor da Camargo Corrêa, a procuradora responsável pelo caso, Karen Kahn, apontou que os documentos citando Machado e a Transpetro estavam relacionados à propina paga em troca de contratos para a construção de navios no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota, o Promef.

“Se infere que fora destinado a terceiro interessado um valor referente a 1% do total do contrato assinado pelo consórcio formado pela Camargo Corrêa e a Queiroz Galvão, ou seja, 27,5 milhões com a antecipação de 3 milhões em

outubro de 2007”, afirma a procuradora. Em acordo de delação premiada, o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa cita os mesmos contratos de navios como fonte de pagamento de propina. O Estaleiro Atlântico Sul, formado pelas duas empreiteiras, aparece ainda na lista de 750 projetos apreendida na casa do doleiro Alberto Youssef. Na Petrobras foram encontrados indícios de fraude, segundo o material da Operação Castelo de Areia, também nas licitações para as obras da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba e na unidade da petroquímica em Cubatão.

Reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo no dia 5 de abril de 2015 recorda que as obras do Metrô de Salvador também possuem indícios de formação de cartel com as mesmas construtoras que compõem o “Clube das Empreiteiras”, para além da Alstom e Siemens, envolvidas no cartel do Metrô de São Paulo.

O Consórcio Metrosal (Siemens, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa) foi contratado em 1999 para construir o metrô de Salvador após ser declarado vencedor da licitação no valor de R\$ 358 milhões, em valores da época. Após apreender documentos nas sedes das construtoras, o MPF concluiu que Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez se uniram a outras concorrentes para formar um cartel, no qual, independentemente de qual delas saísse vencedora, as demais participariam da execução da obra e de sua remuneração. Entre as empresas estariam Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Constram e Alstom. O esquema estaria registrado em um contrato de gaveta apreendido com Pietro Bianchi. Sete executivos e doleiros respondem judicialmente neste caso – em ação que tramita no TRF da 1ª Região.

Na obra do Metrô de Salvador, que demorou 14 anos para ser concluída e custou R\$ 1 bilhão para um trecho de 5,5 km, há evidências ainda de pagamentos a políticos e agentes públicos. Em paralelo à investigação criminal, o Tribunal de Contas da União (TCU) já condenou o consórcio responsável pela obra a ressarcir valor considerado sobrepreço de ao menos R\$ 166 milhões, em valores da época – cerca de R\$ 400 milhões em valores atualizados.

Em 27 de fevereiro de 2015, dois executivos da Construtora Camargo Corrêa – Dalton Avancini e Eduardo Hermelino Leite, respectivamente, presidente e vice-presidente da empreiteira – fecharam acordo de delação premiada com o juiz Sérgio Moro e os procuradores da Operação Lava Jato, que investiga a corrupção na Petrobras.

Avancini já confessou, na delação, ter pago propina para executar obras da Ferrovia Norte- Sul. O executivo da empreiteira afirmou que a distribuição de propinas seguia regras similares ao esquema montado na Petrobras e que havia um esquema de cartel similar ao “Clube das Empreiteiras”.

Assim, considerando imprescindíveis estas informações, requer-se a aprovação do presente requerimento pelos nobres pares.

Sala da Comissão, 16 de junho de 2015.

Deputado Jorge Solla (PT/BA)